

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOCOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

RAFAEL DE OLIVEIRA CHIACHIRI

**A Geografia da Fome:
de Josué de Castro à discussão atual**

Versão corrigida

São Paulo
2020

RAFAEL DE OLIVEIRA CHIACHIRI

**A Geografia da Fome:
de Josué de Castro à discussão atual**

Versão corrigida

Trabalho de Graduação Individual
apresentado ao Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, da Universidade de São Paulo,
para a obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Glória da Anunciação
Alves

São Paulo
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C532g Chiachiri, Rafael de Oliveira
 A Geografia da Fome: de Josué de Castro à
 discussão atual / Rafael de Oliveira Chiachiri ;
 orientadora Glória da Anunciação Alves. – São Paulo,
 2020.
 34 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)– Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de
Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Fome. 2. Josué de Castro. 3. Geografia da
Fome. I. Alves, Glória da Anunciação, orient. II.
Título.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à minha irmã, Luiza, e aos meus pais, Rita e Roberto, que sempre me apoiaram e me apoiam, especialmente nos momentos de dúvidas e medos, ao deixar o curso de Química, pois já não era feliz lá, ao escolher Geografia; e por sempre compartilharem viagens, aventuras e lembranças inesquecíveis.

À professora Glória da Anunciação Alves, minha orientadora, sem a qual este trabalho nunca teria fim, pela paciência que sempre teve comigo, mesmo nas diversas mudanças de tema e nas vezes em que quase desisti.

Aos avós que tive a honra de conhecer e já não vivem mais, Alzira Comparini Chiachiri, mãe de meu pai, por sempre ajudar os outros e fazer me interessar por comida e, assim, pela reflexão sobre a fome; e Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, pai de minha mãe, por me fazer sentir em casa na FFLCH ao dizer, quando se tornou emérito desta casa, “a FFLCH agora é sua” e me fazer refletir sobre as desigualdades sociais que ele sempre enfrentou e analisou.

Aos amigos de todos os tempos por terem me dado motivação para este trabalho finalmente ser feito e que sempre estiveram comigo compartilhando momentos de alegria e tristeza com amor, carinho, companheirismo e muita diversão: Ana, Danilo, Fernanda e Fernando, desde o Colégio Equipe, nessa caminhada de mais de 15 anos juntos e que o tempo só fortalece; Adriano, Gustavo, Leonardo, Letícia, Mateus e Rodrigo que compartilham desde os primeiros anos de USP até hoje com muita união.

Resumo

CHIACHIRI, Rafael de Oliveira. **A Geografia da Fome**: de Josué de Castro à discussão atual. 2020. 34 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.

A fome é um mal que assola a humanidade e uma das piores perversidades existentes no mundo. Sua temática não é nova, uma vez que é inerente à sociedade. Esse problema está presente no Brasil desde o período colonial, porém seu estudo sofre períodos de interesse e desinteresse e geralmente é voltado para questões qualitativas, quando deveria levar em conta também questões sociais, históricas, econômicas e culturais. O presente trabalho pretende estudar as ideias apresentadas por Josué de Castro em seu livro *Geografia da Fome* (1946) e, ainda, entender sua importância na discussão atual. A apresentação desta obra se faz fundamental, visto que seu autor é considerado um dos pioneiros no estudo da fome a partir da visão da Geografia. Pretende-se entender como se dá a discussão da fome neste campo de conhecimento e como foram as tentativas institucionais de seu combate desde a publicação do livro analisado até os dias atuais.

Palavras-chave: Fome. Josué de Castro. Geografia da Fome.

Abstract

CHIACHIRI, Rafael de Oliveira. **The Geography of Hunger**: from Josué de Castro to the current discussion. 2020. 34 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.

Hunger is an evil that plagues humanity and it is one of the worst perversities in the world. This topic is not new, since it is inherent to society. This problem has been present in Brazil since the colonial period, but its study suffers periods of interest and disinterest and is generally focused on qualitative issues, when it should also take into account social, historical, economic and cultural aspects. This paper intends to study the ideas presented by Josué de Castro in his book *Geografia da Fome* (1946) and understand its importance in the current discussion. It is essential to present this book, since its author is considered one of the pioneers in the study of hunger from the point of view of Geography. It is intended to understand how the discussion of hunger in this field of study takes place and how the institutional attempts to combat it were developed, from the publication of the analyzed book to the present day.

Keywords: Hunger. Josué de Castro. Geography of Hunger.

Sumário

Introdução	7
Capítulo 1 – A <i>Geografia da Fome</i> de Josué de Castro	11
1.1 Área Amazônica	13
1.2 Área do Nordeste Açucareiro	15
1.3 Área do Sertão do Nordeste	18
1.4 As áreas de subnutrição: Centro e Sul	20
1.5 Estudo do conjunto brasileiro	21
Capítulo 2 – A discussão da fome no Brasil	23
2.1 O tema da fome na Geografia	23
2.2 Tentativas de combate institucional à fome	26
Considerações finais	32
Referências	34

Introdução

A fome é uma das piores perversidades existentes no mundo. Sua problemática não é nova, ocorre, provavelmente, desde quando os homens passaram a viver em sociedade. Porém, fome é uma palavra polissêmica que pode ter diversos significados; no cotidiano, pode significar apetite, escassez, falta, miséria, ganância, avidez, ambição e até mesmo desejo carnal. É preciso, desta forma, saber o que entendemos por fome e, para isso, utilizaremos os preceitos de Josué de Castro em sua obra *Geografia da Fome*.

Entendemos a fome como um fenômeno de grandeza biológica e social e inerente à sociedade. Desnutrição, subnutrição e insegurança alimentar são conceitos importantes, porém não têm a mesma capacidade explicativa e esvaziam, hoje em dia, a discussão sobre a fome, uma vez que são compostos, basicamente de questões qualitativas, como quantidade de calorias, índice de massa corporal ou renda mensal. A fome deve compreender também um contexto social, econômico, histórico e político, através de seus componentes teóricos.

O tema nos despertou interesse justamente com a leitura de *Geografia da Fome* numa disciplina do curso de Geografia da Universidade de São Paulo por ser um flagelo persistente e com o qual quem se alimenta relativamente bem e de forma constante convive, de certa forma, sem notar. Alceu Amoroso Lima, no prefácio à décima edição desta publicação que estudamos, diz que

Justamente porque o homem médio, isto é, todos nós suficientemente bem nutridos, temos a tendência natural a não pensar nos desnutridos e a crer que realmente as cifras e os alarmes são exagerados, é que é preciso despertar as nossas consciências adormecidas para o flagelo (1984, p. 22)¹.

Ainda, nos parece que o tema em questão sofre de períodos de interesse e desinteresse por parte não só do poder público, como também da população em geral, da mídia e até mesmo da pesquisa científica. Temos a impressão de que este mal, depois de um período cuja bandeira de um governo era o seu combate com o Programa Fome Zero (instituído em 2003 pelo presidente Luiz Inácio Lula

¹ Trecho de *O Espectro da Fome*. Um dos textos de Alceu Amoroso Lima no prefácio, publicado originalmente no *Jornal do Brasil*, em 1973, sob pseudônimo de Tristão de Athayde.

da Silva), volta a ser negligenciado, pois o crescimento econômico retorna a ser foco, deixando de lado, em grande medida, as ações sociais pelo desenvolvimento da sociedade com diminuição das desigualdades ainda existentes.

Josué de Castro aparece como importante, do ponto de vista da Geografia, para o estudo da fome, pois é pioneiro ao compreender, já em 1937 com *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*, que para estudar esse flagelo

seria interessante tratá-lo não mais em seus aspectos parciais, mas em seu conjunto, o que só poderia conseguir com um estudo baseado nos métodos e princípios da geografia humana, capaz de permitir uma visão total do assunto, com as várias perspectivas que ele encerra. (CASTRO, 1937 apud RIBEIRO JUNIOR, 2008, p.38)

Dessa forma, a Geografia seria a única capaz de unir o natural com o social.

Contudo, ele pode ser considerado, também, uma referência não só nesses estudos, como na história do pensamento geográfico brasileiro. Essa importância foi explicitada, entre outros, por Milton Santos e Antônio Carlos Robert Moraes quando, de acordo com Carvalho (2001, p. 126), afirmam, em momentos diferentes, que Castro inovou e abriu novos horizontes para os estudos da Geografia ao trazer engajamento e atuação crítica aos fenômenos sociais analisados de uma forma que não era feita até então, uma vez que a Geografia Clássica de inspiração francesa, em voga no momento, não comportava esses tipos de questionamento.

Josué de Castro nasceu em 5 de setembro de 1908, na cidade do Recife e morou por muitos anos numa antiga casa colonial à beira do Rio Capibaribe. Essa casa ficava muito próxima a um bairro de mocambos (um tipo de moradia construída, geralmente, de forma artesanal, frágil e precária) e foi com os meninos pobres que moravam ali que teve o primeiro contato com a desigualdade social e com a fome, pois esses amigos sofriam com ela. Estudou em escolas prestigiadas da cidade, uma vez que suas origens eram de classe média de origem sertaneja, e entrou na Faculdade de Medicina da Bahia com apenas 15 anos de idade. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1925 e concluiu seu curso na

Faculdade de Medicina de lá em 1929, quando retornou para Recife atuando como médico na área da fisiologia e nutrição.

O reaparecimento da fome na vida de Castro ocorre quando, ao trabalhar como médico de uma grande fábrica, percebe que os operários não conseguem manter a produtividade não por sofrerem de uma doença específica, mas por passarem fome. Desse modo, percebe que este é um problema social e um drama universal, fazendo com que ele comece a superar a visão exclusivamente médica e biológica da fome.

Com a série de estudos sobre alimentação que incluía a sua tese de livre-docência *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*, *As condições de vida das classes operárias do Recife* e *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*, entre outros, sua visão sobre a fome já está praticamente formada, contudo é apenas em 1946 que define pela primeira vez seu conceito de fome em *Geografia da Fome* e que veremos a seguir.

Sua notoriedade cresce com esta publicação e, posteriormente, com *Geopolítica da Fome* (1951), levando-o a ser eleito e reeleito Presidente do Conselho Executivo da FAO (sigla em inglês para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), ficando no cargo entre 1952 e 1956. Ainda foi eleito deputado federal por Pernambuco em 1955, renovando seu mandato em 1959. Foi indicado por três vezes para o prêmio Nobel (em 1954 para o de medicina, e em 1963 e 1970 para o da paz) e foi indicado embaixador do Brasil na ONU (Organização das Nações Unidas) em 1962. Porém, com o golpe militar, em 1964, foi removido deste cargo e teve seus direitos políticos cassados. Exilou-se em Paris, na França, onde ficou até sua morte em 24 de setembro de 1973².

Este trabalho de graduação individual tem como objetivo o estudo das ideias de Josué de Castro, a partir de sua obra *Geografia da Fome*, de 1946, e o entendimento de sua importância até os dias de hoje. Para isso, nosso trabalho foi dividido em dois momentos. No primeiro, apresentaremos a obra citada (porém

² As informações foram retiradas de Andrade (1997), Ribeiro Junior (2008) e www.josuedecastro.org.br.

utilizamos a versão publicada em 1984 como décima edição revista) que apresenta o que pode ser entendido como uma regionalização da fome no Brasil daquela época. No segundo momento, veremos os desdobramentos e influências que o autor exerce até os dias de hoje através de uma pesquisa de como se dá o estudo desta moléstia no campo da Geografia e de uma revisão dos principais momentos de combate à fome no nosso país.

Capítulo 1 – A Geografia da Fome de Josué de Castro

Por ter sido publicada pela primeira vez em 1946, a Geografia da Fome, de Josué de Castro, tem análises de uma época passada, porém de grande relevância para entendermos, ainda hoje, o problema da fome não só no Brasil como, também, no mundo. Por isso, é importante, num primeiro momento, apresentarmos seu estudo.

Naquela época, ao falar de fome coletiva, pensava-se, em primeiro lugar, no Extremo Oriente, com multidões famintas e terras superpovoadas na China e na Índia, e na chamada Europa devastada, fruto da tirania nazista e seus campos de concentração que levaram a fome a essa população. Porém, Castro afirmava que essa é uma observação superficial e que existiriam outras áreas de distribuição da fome no mundo. A fome coletiva, na realidade, estaria presente em todos os continentes da Terra, ou seja, seria um fenômeno social e geograficamente universal. Na América, não se manifestava explicitamente como nas duas regiões citadas, mas não era menos trágica.

No Brasil, a alimentação se apresentava com qualidades nutritivas bastante precárias, com padrões de dietas mais ou menos completos e harmônicos nas diversas regiões do país, sendo que em algumas a fome era crônica e em outras havia a subnutrição. Isso ocorria por diversos fatores, porém os socioculturais parecem ter mais efeito com a evolução econômico-social do povo do que fatores naturais. Dado o tamanho do território brasileiro com suas diferentes áreas climáticas e de vegetação, a produção de alimentos para toda a população não deveria ser um problema, porém a estrutura econômica e social agia de forma desfavorável para a alimentação dos brasileiros.

O país não apresentava apenas uma área geográfica alimentar, mas, ao menos, cinco diferentes e bem caracterizadas: Área da Amazônia, Área do Nordeste Açucareiro, Área do Sertão do Nordeste, Área do Centro-Oeste e Área do Extremo Sul (Figura 1). Isso se deve aos diferentes tipos de solo e clima no extenso território brasileiro, bem como às diversas linhas étnicas e culturais que compõem a população. De certa forma poder-se-ia dizer que existe uma

regionalização da fome no Brasil. Dessas áreas, três eram consideradas áreas de fome pelo autor, pois apresentavam ao menos metade da população com “nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição, sejam estas manifestações permanentes (áreas de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidemia de fome)” (CASTRO, 1984, p. 59); são elas: Área da Amazônia, Área da Mata do Nordeste e Área do Sertão do Nordeste. Mesmo com a população apresentando carências e desequilíbrios alimentares nas outras duas (a Figura 2 mostra as carências nutricionais de cada área), considerava-se que seriam áreas de subnutrição, uma vez que eram algumas classes sociais e não a maior parte dos habitantes que sofriam com a fome.



Figura 1 Mapa das áreas alimentares do Brasil, organizado por Josué de Castro: CASTRO, Josué de. Geografia da Fome – o dilema Brasileiro: pão ou aço. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.



Figura 2 Mapa das principais carências existentes nas diferentes áreas alimentares do Brasil, organizado por Josué de Castro: CASTRO, Josué de. Geografia da Fome – o dilema Brasileiro: pão ou aço. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

1.1 Área Amazônica

Do ponto de vista ecológico, a Área Amazônica era uma área alimentar unitária e bem caracterizada, sendo a farinha de mandioca o alimento base. Limitada ao norte pelo sistema de montanhas das Guianas, ao sul pela região do semiárido do nordeste brasileiro e a oeste pela cadeia dos Andes, totalizando cerca de cinco milhões de quilômetros quadrados e seis milhões de habitantes espalhados de forma muito desigual, ou seja, com localidades de grandes concentrações e outras de quase deserto demográfico.

Desde a colonização portuguesa, a economia amazônica baseava-se na extração de produtos da floresta, com algumas zonas limitadas de cultivo rudimentar de certos produtos para alimentação, como mandioca, milho, arroz e feijão. A influência indígena na cultura local era superior à portuguesa e negra; tanto que a farinha de mandioca se tornara o alicerce da alimentação e seu uso se dava de diversos modos, como farofas, mingaus, beijus e bebidas fermentadas. Apesar de ser a base, ela não era consumida sozinha; alguns produtos eram adicionados à alimentação, sejam eles da pequena agricultura regional, sejam frutos e sementes extraídos da floresta equatorial, sejam animais aquáticos da região.

Em relação à produção alimentícia, existia uma pecuária na região, entretanto limitada a pequenos lotes na Ilha de Marajó e no alto Amazonas, o que praticamente impedia o transporte de carne e leite para a população local, tirando esses produtos do hábito alimentar. A plantação também não era extensa, pois 80% dos habitantes moravam em planícies aluvionais férteis, mas muito suscetíveis às chamadas “grandes enchentes” que destruíam a produção. Com isso, a disponibilidade de produtos da agropecuária ficava restrita a uma pequena parte da população da região. Dessa forma, a dieta local apresentava muitas deficiências nutritivas, “o que um homem come durante um dia inteiro não daria para uma só refeição dos habitantes de outras áreas climáticas, condicionadoras de hábitos diferentes” (CASTRO, 1984, p. 72). Essa falta de diversos nutrientes, como proteínas, vitaminas e sais minerais, no regime alimentar causava um estado de fome crônica nessa área. A esse respeito, Josué de Castro (1984, p. 74) diz:

Qualquer tipo de regime alimentar, para ser considerado racional, quaisquer que sejam as substâncias alimentares que entrem em sua formação, deve ser suficiente, completo e harmônico. Deve conter um total de energia correspondente às despesas do organismo, a fim de ser julgado suficiente. Deve encerrar os diferentes elementos de que o organismo necessita para seu crescimento e equilíbrio funcional, para ser completo. Só será harmônico se estes diferentes elementos entrarem em sua composição em determinadas proporções.

O autor passa a falar detalhadamente quais eram e por quais motivos cada nutriente não seria encontrado de forma suficiente na alimentação regional, além

das possíveis consequências para a saúde da população. De modo menos extenso, podemos dizer que com a pequena pecuária e a ingestão de animais sendo praticamente apenas dos aquáticos, as proteínas eram providas, em boa parte, por vegetais. Apesar de existir a maior floresta equatorial na região, o solo seria pobre em minerais, causando a falta desses. Pela pouca variedade de alimentos, as vitaminas também não se apresentavam em quantidade aceitável para a população. Porém, alguns nutrientes não entravam na alimentação também por fatores culturais; o cloreto de sódio, por exemplo, não era muito utilizado por um costume vindo dos indígenas, cujo tempero principal era a pimenta.

A subnutrição – fome específica de vários nutrientes – e a fome geravam altas taxas de mortalidade na região, sobretudo da mortalidade infantil, e isso proporcionava um marasmo demográfico, ou seja, a estagnação do crescimento populacional. Somados a esse dado a fuga da região após a crise da borracha e a grande oferta de empregos nas indústrias do sul do Brasil, tem-se a explicação da decadência demográfica de uma população jovem “muito antes de ter alcançado a maturidade de seu ciclo evolutivo” (CASTRO, 1984, p. 101).

Sendo assim, só um programa de transformações economicossociais seria capaz de reverter esse quadro da alimentação na região; um plano de povoamento com aproveitamento racional dos recursos e sem a destruição das riquezas naturais. E, ao povo, seria necessário “que se agrupasse em zonas limitadas e desencadeasse nesses pontos estratégicos a luta contra a floresta” (CASTRO, 1984, p. 103), pois o homem parecia ter tentado se fixar na floresta de forma individual e dispersa ao longo dos rios e não coletiva. Dessa forma, a população seria muito maior e disponível à agricultura, propiciando o abastecimento alimentar de mais bocas e começando a estabelecer um equilíbrio econômico na região.

1.2 Área do Nordeste Açucareiro

Essa área percorreria uma faixa de terras de decomposição e sedimentação, estendendo-se por todo o litoral do nordeste brasileiro – do estado da Bahia até o Ceará. Com largura média de 80 quilômetros entre o mar e a zona

do agreste, era uma área de solo rico e profundo com bons níveis de pluviosidade. Era coberta por uma floresta do tipo tropical, menos densa que a amazônica – por isso também foi chamada pelo próprio autor na introdução de Área da Mata do Nordeste –, mas foi totalmente transformada em campos abertos pela ação do homem desde a colonização. Essa alteração foi no caminho dos latifúndios da monocultura da cana-de-açúcar, transformando por completo desde o solo até o clima da região, passando pelas águas, fauna e flora, e sempre com o intuito de aumentar a plantação de cana e, conseqüentemente, a produção de açúcar.

A fome na Área do Nordeste Açucareiro se devia a fatores muito distintos da fome na Área da Amazônia, pois não podia ser explicada pelas razões naturais, afinal tanto o solo como o clima eram propícios para o cultivo de diversos produtos alimentares, e nem pela falta de povoamento. Ao descobrir que essas terras eram muito boas para o plantio da cana-de-açúcar, os colonizadores implementaram e a restringiram como única cultura da região. Desse modo, os recursos alimentares foram se degradando. Ainda há de se lembrar que a exploração do solo através desse plantio era tão lucrativa que as áreas cultivadas só aumentavam, num sistema que Josué de Castro (1984, p. 117) chama de autofagia, pois a cana vai se expandindo, consumindo tudo em torno de si e não deixando que outros cultivos sejam feitos.

Nos cinquenta anos anteriores à publicação do livro, as condições de alimentação chegaram ao ponto mais crítico e medidas de remediação foram aplicadas, mas não tiveram muito resultado. Isso porque as terras nordestinas já sofriam com excessiva erosão, tornando os ricos solos em praticamente inférteis, e com a retirada do revestimento arbóreo, que atuava de modo decisivo na formação das reservas subterrâneas de água. O desmatamento ainda contribuiu de outra forma com a piora da alimentação do povo, pois a fauna foi diminuindo e a caça, muito comum aos indígenas e mesmo ao colono, foi forçada a cessar.

O hábito alimentar da população nordestina foi influenciado por portugueses, indígenas e negros. A alimentação portuguesa sempre foi tida como suficiente, completa e harmônica, caracterizada pela riqueza em vegetais;

entretanto, ela não conseguiu se manter no nordeste com a impossibilidade de produção de trigo devido ao clima muito quente, forçando sua substituição pela mandioca indígena, mais pobre nutritivamente. A influência do índio se deu, principalmente, no consumo da mandioca, produto que veio a ser a matéria-prima das refeições. Já a participação do negro foi a mais valorizadora para o padrão de nutrição da população, com a introdução de plantas africanas e de seus usos culinários, e com a insistência na policultura, mesmo que em pequenas porções de terra.

Mesmo com esse acréscimo de qualidade, a alimentação do nordestino sempre foi pobre chegando a tornar a área uma das mais afetadas pela subalimentação, pois se baseava na farinha de mandioca, assim como a região amazônica. Uma alimentação de má qualidade, com estagnação da produção alimentícia, aliada ao crescimento populacional gerado pelo aumento da área plantada de cana e sua necessidade de mão-de-obra, agravou a situação alimentar da população local, afinal era mais gente pra alimentar-se com a mesma quantidade já insuficiente de comida.

Apesar da fome não ter alarmantes manifestações clínicas específicas, alguns indicadores ajudaram a ter a real noção do quão grave era a situação na Área do Nordeste Açucareiro. Com a dieta composta, basicamente, por carboidratos e grande deficiência de proteínas, gorduras, sais minerais e vitaminas, a população ficava mais suscetível a doenças e a mortalidade na primeira e segunda infância alcançava graus impressionantes. É importante notar ainda que o crescimento demográfico da região nos sessenta anos anteriores ao livro foi menor que das outras regiões do país, mesmo com altos índices de natalidade. Estaria aí mais uma prova de que a fome matava muita gente no nordeste brasileiro.

Para que o panorama econômico-social, fruto de erros acumulados e responsável pela alimentação deficiente, se alterasse, seriam necessárias ações dos entes públicos e privados. Como a monocultura de cana – e a do cacau entre o recôncavo baiano e o Espírito Santo, e que é citada de modo mais breve na obra – contribuiu para desequilíbrio social e alimentar, investimentos em

agricultura e indústria se tornariam fundamentais para desenvolver mercado e permitir mais empregos, fixando a população no nordeste e promovendo distribuição da riqueza.

1.3 Área do Sertão do Nordeste

A Área do Sertão do Nordeste ia da margem do Rio Parnaíba, a norte, até o Rio Itapicuru, a sul, compreendendo o território de diversos estados. Uma zona semiárida que constituía o polígono da seca, na qual cerca de sete milhões de pessoas se alimentavam basicamente do milho associado a outros alimentos, o que garantia, nos tempos sem seca, um bom equilíbrio alimentar. As características do semiárido propiciavam poucos recursos alimentares tanto da fauna quanto da flora local.

Nessa área, encontrava-se outro tipo de fome, pois eram surtos epidêmicos episódicos. Intercalada com períodos de certa abundância, a seca aparecia trazendo consigo a fome aguda, que atingia de forma global quantitativa e qualitativamente, levando a população a extremos de desnutrição e inanição, sem distinguir ricos e pobres. Se não fosse essa região exposta à seca, talvez não figurasse entre as áreas de fome das Américas.

A culinária sertaneja era a menos influenciada por indígenas e africanos, tendo como referência o modo de alimentar-se dos árabes que viveram na Península Ibérica, isso devido às condições do clima. As técnicas estrangeiras serviam para o preparo da alimentação à base da criação de gado, da agricultura e dos poucos recursos do meio ambiente.

Como dito, o milho era base da alimentação do sertanejo, mas esse é um alimento bastante incompleto. Ocorre que ele era utilizado de várias maneiras junto com diferentes carnes e leite e seus derivados, e embora não fossem consumidos em grandes quantidades, eram consumidos por toda a população. Entravam ainda alguns vegetais, fazendo com que esse regime fosse quantitativamente suficiente para as necessidades da população, mesmo que não o ideal. Qualitativamente, a dieta podia ser considerada sem falhas graves, com altos teores de proteínas e sem exageros de carboidratos e gordura.

Contudo, quando a seca chegava, o cenário de boa alimentação mudava, pois com ela “desorganiza-se completamente a economia regional e instala-se a fome no sertão” (CASTRO, 1984, p. 217). Com a falta de chuva, toda a vida regional ia se esgotando; o sertanejo caía num regime de subalimentação, pois quase não fazia reservas alimentares. Rapidamente, a fome se traduzia em magreza assustadora, tornando o organismo fraco e suscetível a todos os tipos de doenças não só relacionadas à alimentação como também infecciosas.

Após expor a situação da fome nesses dois nordestes, Castro propõe que a análise geográfica do regional seja lançada, uma vez que estudos desse tipo seriam de fundamental importância para as decisões de governos e administradores, pois o pensamento apenas no geral não permitiria o entendimento das raízes dos problemas e não se traduziria em planos de sucesso duradouro. Para o autor, seus estudos acerca do nordeste brasileiro poderiam servir como instrumento para a formulação de uma política econômica para região. Tinha-se a ideia simplista no Brasil de que a fome nordestina seria causada exclusivamente pelo clima, “de que tudo é causado pelas secas que periodicamente desorganizam a economia da região. Nada mais longe da verdade. [...] é apenas um fator de agravamento agudo desta situação cujas causas são outras” (CASTRO, 1984, p. 259-260), mais sociais que naturais.

O subdesenvolvimento do nordeste seria o ponto chave na questão da fome, pois é o que impossibilitava a população de manter reservas durante as secas; se fosse uma área desenvolvida, a população seria capaz de se sustentar durante esses períodos, utilizando-se destes episódios até como forma de expansão econômica. Assim, o combate à fome dos nordestinos não deveria existir por si só, seria necessário privilegiar ações contra o subdesenvolvimento regional, expresso por monocultura e latifúndio agrário, uma vez que as forças produtivas eram reguladas por essa estrutura arcaica. Uma reforma agrária racional colocaria a terra a serviço das necessidades da população, uma vez que metade da área total do Nordeste estava nas mãos de apenas 3% dos proprietários rurais, sendo a maioria com mais de 500 hectares de terra. Com um planejamento regional eficaz, a população seria libertada da servidão à terra, o

desemprego seria combatido e, por fim, a fome poderia não ser mais um problema de enorme magnitude.

1.4 As áreas de subnutrição: Centro e Sul

As áreas do Centro-Oeste e do Sul não eram zonas de fome no sentido mais rigoroso da expressão, mas zonas de subnutrição, desequilíbrio e carências parciais que atingiam determinadas parcelas das populações.

A Área do Centro-Oeste abrangeria as regiões montanhosas de Minas Gerais, o sertão de Goiás e os pantanaís do Mato Grosso. Zona também conhecida por Área Central do Milho, de clima subtropical em grande parte do território, com chuvas abundantes e temperaturas abrandadas pela altitude. Na época (anos 40 do século XX) o local era responsável por 25% da produção de milho do Brasil e possuía os maiores rebanhos suínos do país, com estas sobrepondo-se e gerando interdependência entre elas. O regime alimentar dessa região tinha como ingredientes, além de milho e porco como base, outros tipos de carne e variados produtos agrícolas, como grãos e hortaliças. Esse regime se constituía de excesso calórico, mas sem carências consideráveis de outros nutrientes.

É interessante notar que essa área passava por mudanças nos hábitos alimentares devido à mudança da capital federal para esta zona. O autor diz que essa alteração poderia ser prejudicial a curto prazo para a zona rural por levar alimentos e mão-de-obra para a nova cidade, mas benéfica a longo prazo por levar novas técnicas e alimentos que não faziam parte da dieta local.

À Área do Sul pertenceriam os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por ser a região de maior desenvolvimento, tanto industrial quanto agrícola, a alimentação tinha maior variação de elementos e o consumo de frutas e verduras era o mais alto do Brasil. Essa variação de elementos era tão grande que chegava a tornar essa área uma espécie de mosaico composto por várias subáreas, provindas dos diversos povos que imigraram para o sul do país. Mesmo sendo uma alimentação abastada, não podia ser considerada sadia e perfeita, pois apresentava alguns desequilíbrios e

deficiências. Principalmente nos centros urbanos, as classes proletárias tinham insuficiência de alguns nutrientes em seu regime alimentar, sendo o nível de proteínas o mais preocupante. Desse modo, percebe-se que essa era uma zona de subnutrição crônica e não de formas mais graves da fome.

1.5 Estudo do conjunto brasileiro

Com o estudo das áreas, foi possível, para o autor, afirmar que o Brasil era um dos países de fome no mundo. O que ocorreu como consequência do passado do país, afinal sempre houve luta entre os grupos humanos e a natureza; sendo, por vezes, culpa da agressividade do meio, mas quase sempre pela falta de habilidade do colonizador.

No campo da agricultura, a economia sempre foi orientada por “interesses alienígenas” (CASTRO, 1984, p. 281) – antes os colonizadores e agora o capital estrangeiro – com a finalidade da exportação de matérias-primas através da agricultura extensiva, em detrimento à agricultura intensiva de subsistência, apropriada para a erradicação da fome.

A urbanização acelerada foi um entrave para o desenvolvimento da agricultura, pois a política governamental foi a de desenvolver o mais desenvolvido, ou seja, o setor industrial ao invés de integrar à economia nacional as áreas marginais como o norte e nordeste. O desnível entre a economia industrial e a agrícola nada mais é que o desnível entre a Área do Sul e as de Amazônia e Nordeste, respectivamente. Esse abandono relativo da agricultura podia ser observado em alguns índices: enquanto o produto nacional bruto cresceu 29% entre 1948 e 1958, a produção do campo subiu apenas 15%, o suficiente para suprir o aumento da população. Mesmo assim, dentro desse incremento da produção agropecuária, a parcela de produtos de exportação teve maior subida que dos produtos de subsistência. Isso gerou inflações enormes, fazendo com que a população assalariada se afastasse de alimentos protetores, como o leite, pois o preço se tornava cada vez mais inacessível.

A única solução para o subdesenvolvimento do Brasil era o desenvolvimento econômico e, para o autor (1984, p. 294), “pensar diferente é

servir aos interesses antinacionais”, já que as grandes potências não queriam o desenvolvimento das regiões de economia primária. A promoção do desenvolvimento econômico pelo governo chegava ao entrave do pão ou do aço, isto é, de investir mais na produção agropecuária – o pão – ou na produção industrial – o aço. E se apenas uma das partes fosse contemplada, seria perdido o sentido de desenvolvimento.

O momento brasileiro era de mudanças sociais, mas essas só seriam possíveis se houvesse o essencial para as necessidades básicas de vida, o essencial de alimentação. Para obter esse mínimo essencial à vida, seriam necessárias transformações nas estruturas de base, dentre elas está a estrutura agrária. O atraso geral da agricultura, ou seja, a má utilização dos recursos naturais, a baixa produtividade e a subocupação do homem do campo, já era fruto dessa estrutura agrária retrógrada e resistente. Apesar de enorme, o Brasil tinha o mesmo número de propriedades agrícolas que a França, um país com menos de 10% do território brasileiro. E dentre essas propriedades, o que mais se destacava era o latifúndio de técnicas arcaicas e improdutivo.

Deste modo, já na época, para Castro, ficava clara a necessidade de uma reforma agrária. Mas uma reforma aqui concebida como “um processo de revisão das relações jurídicas e econômicas, entre os que detêm a propriedade agrícola e os que trabalham nas atividades rurais” (CASTRO, 1984, p. 300). O pior fator para a alimentação do povo brasileiro era essa estrutura agrária feudal que precisava ser mudada, pois era baseada em relações de trabalho ultrapassadas, má utilização do potencial dos solos e, principalmente, um regime inadequado de propriedade. Sendo assim, “a vitória contra a fome constitui um desafio à atual geração — como um símbolo e como um signo da vitória integral contra o subdesenvolvimento” (CASTRO, 1984, p. 305).

Capítulo 2 – A discussão da fome no Brasil

O tema da fome parece sofrer de surtos de interesse, e consequentemente de pesquisa, em nosso país. Neste capítulo, vamos tratar tanto da discussão em torno do tema como objeto de estudo quanto de políticas públicas adotadas. Para isso, tentaremos lembrar sempre da obra de Josué de Castro.

2.1 O tema da fome na Geografia

É com a Geografia da Fome que Josué de Castro consolida sua importância e se torna referência quando a fome é tratada em diferentes vertentes do pensamento. Isso é resultado da quebra de dois pontos: do silêncio acerca do tema e de como tratá-lo, visto que a fome era considerada um fenômeno natural. Ele desnaturaliza a fome tratando-a como fenômeno biológico e social e, assim, inerente à humanidade.

Para Josué de Castro, a Geografia Humana de tradição francesa seria capaz de estudar a alimentação, visto que um de seus expoentes, Vidal de La Blache acreditava ser essa uma das relações mais fortes do homem com a natureza. Desse modo, diz que os diferentes solos e climas e a enorme extensão territorial do Brasil, unidos aos grupos de diversas etnias que compõe a população, não permitem uma alimentação uniforme no país, resultando, assim, nas cinco diferentes grandes áreas alimentares que identifica.

Porém, Josué de Castro traz uma nova forma de olhar seus objetos de estudo, divergindo em parte dessa escola de pensamento, ao focar aspectos étnicos, linguísticos, religiosos e alimentares no estudo da fome. Enquanto que a Geografia Francesa se apresentava “como politicamente neutra, deixando as preocupações políticas e sociais para sociólogos e economistas” (ANDRADE, 1997, p.176).

É possível perceber que a influência dessa corrente de pensamento era tão marcada que o autor identifica, a partir de seus estudos, o sertanejo nordestino como um gênero de vida, conceito difundido por La Blache e que retrata a vida em sociedade do homem em determinado meio, ou seja, a capacidade de

adaptação do homem em um meio vivo que proporciona o desenvolvimento de certa sociedade. Salienta que nas outras áreas não seria possível um gênero de vida, pois essa região teria despertado menor interesse econômico no desenvolvimento brasileiro, o que possibilitou uma relação homem-meio com boa adaptação e de identidade entre ambos. Como as outras quatro áreas tiveram forte interesse econômico, a relação homem-meio sempre foi desigual e desequilibrada, não possibilitando identidade entre eles.

Contudo, a escassez do sertão do nordeste que existia na época e que teria sido “sua defesa contra o avanço da economia mercantil” (RIBEIRO JUNIOR, 2008, p. 53), é cada dia superada pelo desenvolvimento da agricultura de mercado, com técnicas de irrigação e uso de diversos produtos que melhoram o solo e combatem pragas e com a entrada de enorme capital estrangeiro. Esse é o caso hoje da região MATOPIBA – que abrange parte dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – onde grandes empresas mudaram a paisagem local tornando-a mais parecida com o que era a do nordeste açucareiro, porém substituindo a cana-de-açúcar pela agricultura extensiva de soja.

Essa região, que é considerada a nova fronteira agrícola do país, se vende, de acordo com Mondardo e Azevedo (2019, p.297), como um modelo modernizador e positivo do agronegócio, porém a realidade é a de concentração de terras nas mãos de poucos, de latifúndio, de desterritorialização de povos tradicionais e de trabalho análogo à escravidão. Portanto, o gênero de vida identificado por Castro já não é regra na região, uma vez que a relação homem-meio equilibrada e de igualdade, que um dia existiu, passou a ser desigual com a força do capital e a busca pelo chamado desenvolvimento econômico.

Apesar de limitações temporais de seus estudos, Josué de Castro continua sendo referência para diversos trabalhos. Percebemos, todavia, que existe uma falta de trabalhos sobre a fome na disciplina da Geografia. Ao pesquisarmos o tema e o autor em questão, nos deparamos com diversos textos nas áreas de nutrição e saúde pública, principalmente, como também em sociologia e antropologia, mas na maior parte das vezes tendo como ponto de vista a segurança alimentar e nutricional. Os que versavam sobre fome com o prisma da

Geografia foram escassos. Castro já nos alertava em seu prefácio (1984, p.34) que grande parte dos estudos científicos, à época, projetavam uma visão parcial do tema, muitas vezes somente a respeito da ordem fisiológica da fome.

Dentre os autores inclinados à Geografia, encontramos alguns que se utilizam da obra de Josué de Castro, mas com enfoques diferentes. Oliveira (2013), em sua dissertação de mestrado, coloca a fome como um processo político constituído ao longo da história e que, no Brasil, seria reflexo da formação socioespacial desigual que existe. A ela interessa “investigar como os estudos geográficos podem ajudar a minimizar a fome no mundo, pois aqui ela é entendida também como um processo político, logo social e não natural, como nos ensina Josué de Castro.” (2013, p.45). Assim, Oliveira percebe que são poucos os estudos científicos, na Geografia, sobre a fome e a predileção dos textos no geral pela segurança alimentar e nutricional. Além de nos emprestar sua própria visão, nos apresentou alguns outros autores que também foram fonte desta pesquisa.

Um deles é Carvalho que tem uma coleção de textos sobre o que versamos agora com um enfoque na importância de Josué de Castro para a história do pensamento geográfico. Além disso, busca comparar movimentos contemporâneos com o que ocorria na época do autor estudado. Carvalho (2001p. 128) afirma, ainda, que não há ética na técnica no período técnico-científico informacional, pois ao compararmos o modo de produção colonial com o que vivemos hoje, é possível perceber que a fome é um efeito que perdura e que vem sendo enfatizada com o processo de globalização. Nos lembra que Maria Adélia de Souza (1994 *apud* CARVALHO, 2001, p. 128-129) aponta que a fome é um dos pontos do que ela chama de Geografia das Desigualdades que

são produtos do processo de apropriação desigual do valor (valor de uso e valor de troca). A comida é valor de uso para milhares de seres humanos que habitam a face da terra e valor de troca para uma minoria, que nos mercados mundiais lidam com as leis da abundância e da escassez, no processo de acumulação capitalista.

Assim, os povos mais pobres são vítimas do modelo econômico vigente, já que são mais acometidos pela fome num mundo no qual a produção é voltada ao maior lucro possível, deixando de lado a necessidade de boa parte da população.

Dessa forma, a globalização atua de forma desigual e combinada, favorecendo a acumulação de poucos, que pertencem aos grupos dominantes da economia, em detrimento ao bem estar de muitos.

Ribeiro Junior (2008), que também é lembrado por Oliveira, traz uma bela retomada da história, da formação e dos conceitos de Josué de Castro, nos mostrando, inclusive, como o pensamento deste se transformou com o tempo, pois ele acreditava, num primeiro momento, que os países “marginais” deveriam integrar-se à economia mundial pelo progresso econômico e superar a economia colonial; as regiões subdesenvolvidas precisariam se desenvolver de forma adequada e com ajuda internacional, tornando-se mais dependentes dos chamados desenvolvidos. Depois de constatar o fracasso do combate institucional à fome, Josué de Castro passa a ter outra visão do que seria desenvolvimento; ao invés do viés econômico que tinha, na qual acreditava na emancipação econômica pelo aumento da produtividade dos trabalhadores, passa a ver, em 1971, essencialmente a política como forma de desenvolvimento (RIBEIRO JUNIOR, 2008, p.63-64). Porém, Ribeiro Junior se difere ao ir trabalhar com foco na Geografia Urbana.

Outros dois trabalhos que nos interessaram tratam da fome no Brasil como um todo num período mais recente e de como o combate à essa perversidade aconteceu em nossa história. Santos (2009), em sua tese de doutorado, considera a fome como resultado da ação humana, mais especificamente da concentração dos meios de produção e da desigual distribuição das riquezas inerentes à sociedade capitalista. Assim como Casaril e Casaril (2011), Santos trata de programas e políticas públicas implementados no Brasil, tendo como principal foco o Programa Fome Zero que vamos discutir a seguir.

2.2 Tentativas de combate institucional à fome

Desde a publicação original da Geografia da Fome, em 1946, a discussão acerca do tema parece ter tomado importância num primeiro momento, mas perdeu força nas décadas seguintes. Volta ao cenário nacional em meados dos anos 1980, juntamente com a redemocratização, com alguns altos e baixos,

tendo, no começo dos anos 2000, uma retomada de sua discussão que volta a perder força no meio da década de 2010.

Até os anos 1960, as ações de combate à fome por parte do governo eram basicamente de distribuição de excedentes da produção agropecuária. Com a ditadura militar, até mesmo essas incipientes atuações foram suprimidas. Somente em 1986 que o Brasil passa a incorporar acesso universal, aspectos nutricionais e a composição da dieta no conceito de segurança alimentar oficialmente adotado. Vale ressaltar que as discussões mundiais acerca da segurança alimentar remontam ao fim da Segunda Guerra Mundial e à criação da FAO quando este conceito passou a compreender, além autossuficiência pela capacidade de produção agrícola e soberania alimentar, o ideal de direito humano à alimentação.

No governo de Fernando Collor de Mello, entre 1990 e 1992, os poucos programas que se mantinham, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Alimentação do Trabalhador, foram desativados e, com sua saída, houve uma intensificação dos debates a partir de mobilizações sociais de combate à fome e à miséria. Em 1996, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, essa pressão de certos movimentos resulta na participação do Brasil em cúpula da FAO na qual ressignifica a segurança alimentar e nutricional passando a incluir ao acesso aos alimentos, o contexto social, os hábitos alimentares coletivos e individuais, a quantidade suficiente e permanente e a qualidade dos alimentos. Porém, neste mesmo período, as ações práticas governamentais se restringem praticamente à distribuição de cestas básicas e, ainda assim, de forma instável (CASARIL e CASARIL, 2011).

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência da república, tendo como bandeira principal o combate à fome e à miséria objetivando desenvolvimento econômico e social do país. É instituído o Programa Fome Zero, baseado no projeto de mesmo nome desenvolvido pelo Instituto Cidadania em 2001, cujo objetivo era ter a segurança alimentar como um princípio de sociedade, satisfazendo as necessidades humanas, erradicando a fome e promovendo inclusão social. O Fome Zero tinha ações em três esferas

diferentes: políticas estruturais para o combate das causas da fome e da pobreza, incentivando a agricultura familiar, a geração de empregos e a intensificação da reforma agrária; políticas específicas para atendimento direto das populações vulneráveis à fome com ações emergenciais como doações de cestas básicas, com combate à desnutrição infantil pela ampliação da merenda escolar e educação alimentar; e políticas locais para áreas rurais com apoio à agricultura familiar, para pequenas e médias cidades com bancos de alimentos, melhoria do abastecimento e parceria com o varejo, e para metrópoles que incluam estas ações ao desenvolvimento de restaurantes populares.

Porém, esse programa, que acabou por não existir de forma institucionalizada, foi englobado por outro, o Programa Bolsa Família que passou a ser a principal arma do governo no combate ao mal que estudamos. O Bolsa Família difere do Fome Zero ao ser um programa de política de transferência direta de renda com o objetivo do combate à miséria e da inclusão social para emancipação de famílias pobres. A fome passa a dividir o protagonismo da ação estatal principalmente com o estímulo à educação de crianças e jovens e ao acesso à saúde através da regularização da carteira de vacinação. Porém, com a queda da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, as questões econômicas passaram a falar mais alto para os governos que a sucederam, deixando em segundo plano as ações sociais que visam a melhoria das condições de vida das populações mais carente.

É possível verificar que a discussão no Brasil deixou de lado, por muito tempo a palavra ‘fome’, passando a utilizar o conceito de segurança alimentar que tratamos acima. Nos parece que essa escolha pode ser entendida como a volta de um tabu que Josué de Castro já nos apontava ao dizer que fome e sexo eram assuntos proibidos, pois estavam ligados ao instinto primário do homem e entravam em choque com o racionalismo que fundamentava a sociedade, tornando esses temas “impuros e escabrosos” (1984, p.31) e que não deveriam ser tratados. Os culpados agora seriam os interesses econômicos das elites dominantes e a própria globalização que escolhem por esconder o fenômeno da fome da sociedade, ao não tratá-lo de forma explícita.

Como seria possível falar de fome no momento em que as exportações agropecuárias brasileiras atingiam seus índices mais elevados? Para Santos (2009), o problema não é causado pela falta de alimentos, mas sim por um mercado da fome, no qual a cadeia produtiva está nas mãos de poucas empresas que visam o próprio lucro e não as necessidades humanas e o interesse geral da população. A lembrança de que a fome é presente e persistente poderia afetar os interesses e ganhos dessa cadeia que não se interessa pela resolução desse mal. Para este autor, onde houve algum sucesso no combate à fome, houve forte atuação dos governos de maneira estrutural somada a agentes sociais interessados.

A grande diferença do Fome Zero para programas anteriores é que, segundo Oliveira (2013, p.146), foi pensado para combater a fome em sua estrutura e não apenas de forma emergencial como havia sido feito até então. Outro ponto importante foi a retomada da visibilidade do problema da fome no Brasil, expondo para todo o país a situação de miséria de milhões de conterrâneos, ao mesmo tempo que as exportações agrícolas aumentavam. Mas talvez o principal avanço nessa área tenha sido, para Casaril e Casaril (2011, p.165), a inclusão, em 2010, da alimentação como direito social individual e coletivo no artigo 6º da Constituição Federal por emenda constitucional.

Até a existência do Fome Zero, a fome parecia ser tratada apenas com ações mais episódicas quando ela se torna visível a todos, o que nos leva a pensar no conceito de fome apresentado em Geografia da Fome. Ele é construído a partir de três pares conceituais complementares: fome individual e coletiva, endêmica e epidêmica, parcial (ou oculta) e total. Para o autor não era objeto deste livro a fome individual, mas sim do fenômeno de modo coletivo que atingia massas humanas de forma endêmica ou epidêmica, isto é, de forma duradoura ou em episódios, e total ou parcialmente. Este último par diz respeito à fome que pode levar à inanição de populações pela falta da ingestão de quantidades mínimas de alimentos, quando é total, e que ocorre geralmente em locais de extrema miséria ou de contingências excepcionais (como guerras e desastres naturais). Já a fome parcial é devida à falta permanente de alguns nutrientes na dieta alimentar, ocorre com mais frequência e pode ser considerada mais grave,

pois leva lentamente à morte muitas pessoas que se alimentam regularmente, sendo esse seu caráter oculto.

Nos parece que o Fome Zero é o primeiro programa a tratar a fome em seus aspectos total e parcial. Antes, as ações de combate visavam somente a fome total, quando parcelas da população chegavam quase à inanição pela falta de alimentos, principalmente nos períodos de seca do sertão nordestino. Com ele, havia uma exigência para a compra de alimentos com a verba disponibilizada diretamente à população e ações que buscavam melhorar a qualidade da produção, o acesso a esses alimentos, bem como o estímulo ao emprego, de modo que não apenas a fome total fosse combatida, mas também a parcial, tentando propiciar melhora na base alimentar da população pobre.

O nordeste volta a aparecer no projeto piloto do Fome Zero, pois foi instituído em Guaribas e Acauã, dois municípios do estado do Piauí com populações muito carentes (SANTOS, 2009, p.113). Mencionamos isso por dois motivos: em primeiro lugar, existem duas áreas de fome no nordeste para Josué de Castro (o nordeste açucareiro e o sertão nordestino, já tratados no capítulo anterior), e porque há uma discussão muito interessante em Oliveira (2013, p.83-84) a respeito da propensão por se falar dessa região quando o assunto é a fome. De acordo com essa autora, os processos históricos da formação socioespacial desigual e combinada existente no Brasil provocaram uma concentração de população pobre nessa região, propiciando uma evidenciação tanto da pobreza quanto do problema da fome nesses locais. Josué de Castro já demonstrava essa formação desigual que desprestigiava determinadas áreas ao dizer que

A filosofia do desenvolvimento brasileiro nos últimos anos foi concebida dentro desta idéia de desenvolver mais o já desenvolvido e não de integrar no sistema econômico nacional as atuais áreas marginais, tais como o Nordeste e a Amazônia. O caso do Nordeste é o mais alarmante porque aí se concentra um terço da população brasileira, que vive em condições econômicas bem precárias, como tive ocasião de demonstrar. E no entanto toda a política econômica brasileira conspira contra a verdadeira integração econômica desta área do país (1984, p.284-285)

Porém, não significa que a fome é uma mazela apenas desses lugares. Há de se lembrar que grande parcela da população das grandes cidades também sofre com a fome. Josué de Castro, mais uma vez, já notava que havia “carência

de proteínas entre as crianças pobres dos grandes centros urbanos [...] [e com] sua incidência em franca ascensão, com o surto de industrialização e o adensamento do proletariado urbano” (1984, p.278). As comunidades pobres das grandes cidades se tornaram os novos – nem tão novos assim – pontos visíveis da fome e da pobreza no Brasil e também são frutos da formação socioespacial desigual e combinada existente no Brasil.

Considerações finais

Com esse trabalho, pretendíamos estudar a discussão da fome no Brasil a partir dos preceitos de Josué de Castro, tendo como base sua obra *Geografia da Fome*, e entender sua importância atual para o tema. Para isso, foi importante apresentar como elaborou e quais foram os resultados de sua pesquisa e incluir no debate seus desdobramentos através da discussão atual do tema na Geografia e de que modo o combate à fome é tratado no Brasil desde então.

Ao compararmos o modo de produção colonial, orientador da “agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de uma agricultura de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo” (CASTRO, 1984, p. 281) que adotamos, com o que vivemos hoje, é possível perceber que a fome é um efeito que perdura e que vem sendo enfatizada com o processo de globalização. Infelizmente o que vemos é esta atuando de forma desigual e combinada, sendo a produção de alimentos e de famintos essencial para o modo de produção atual que permanece visando lucros e a acumulação de poucos em detrimento do bem coletivo e propiciando o aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas e espaciais. O oposto do que Castro imaginava que ocorreria com o fim da Segunda Guerra Mundial, isto é, uma revolução no modo da humanidade se enxergar, passando do que chamou de era do homem econômico para uma era do homem social. Ele acreditava que passariam a ser prioridades os problemas humanos com o intuito de

sacrificar os interesses do lucro pelos interesses reais das coletividades. [...] de pôr o dinheiro a serviço do homem e não o homem escravo do dinheiro. De dirigir a produção de forma a satisfazer as necessidades dos grupos humanos e não deixar o homem matando-se estupidamente para satisfazer os insaciáveis lucros da produção. (CASTRO, 1984, p. 38-39)

Mesmo participando de um pensamento geográfico baseado na Geografia Humana francesa, Josué de Castro talvez já sinalizasse, mesmo sem notar, os limites que ela apresentava, visto que não existia um engajamento social de atuação crítica nos estudos mais tradicionais. Ele demonstra que tentar mostrar a fome apenas como um fenômeno biológico ou natural não tem sentido e que os estudos necessitavam de bases geográficas, históricas e sociais para que ele seja

entendido. Esta é, sem dúvidas, uma de suas realizações com sua *Geografia da Fome*. Nela também percebemos que o autor não é reflexo da sociedade em que está inserido, mas também não é uma ruptura total com a mesma. Seus textos interagem de forma dinâmica e contraditória com a realidade, uma vez que apontam pensamentos existentes na época, porém propõem novas formas de observação e análise dessa mesma realidade.

Com seus estudos, Josué de Castro afirmava que já “era indispensável alterar substancialmente os métodos de produção agrícola, o que só é possível reformando as estruturas rurais vigentes” (CASTRO, 1995 *apud* ANDRADE, 1997, p. 189), indicando a reforma agrária como fundamental para superar a estrutura latifundiária da produção agropecuária no Brasil. Seria uma reforma agrária moderna que proporcionasse assistência à agricultura familiar no que diz respeito a melhorias técnicas, de organização e de inclusão no mercado, de modo que o trabalhador rural tivesse acesso à posse da terra e se tornasse capaz de se sustentar com sua própria produção.

As desigualdades no Brasil são reflexo do nosso processo de formação enquanto país e o estudo da fome é uma forma de entendimento desse processo histórico e fundamental para que consigamos, se não superá-las, ao menos amenizar a situação. Nosso trabalho não tem como objetivo propor novas formas ou políticas de combate à fome, porém, no nosso entender, ele deve caminhar através de políticas estruturais, e não emergenciais, diretamente ligadas ao tema, como o Programa Fome Zero, bem como reforma na estrutura agrária e garantia de acesso a serviços públicos de qualidade. O foco tem de ser em nível estrutural, pois só desta maneira será possível uma mudança nas relações sociais que existem e que são base fundamental da estrutura político-econômica vigente, uma estrutura que não visa o bem coletivo e promove desigualdades cada vez mais profundas.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 11, n. 29, p. 169-194, abr. 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8978/10530>. Acesso em: 10 mai. 2020.

CARVALHO, Antônio Alfredo Teles de. **Josué de Castro na perspectiva da geografia brasileira 1934/1956**: Uma Contribuição à Historiografia do Pensamento Geográfico Nacional). 2001. 179 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6945>. Acesso em: 1 mai. 2020.

CASARIL, Kérley Braga Pereira Bento; CASARIL, Carlos Cassemiro. A fome para Josué de Castro e a discussão sobre a segurança alimentar no Brasil. **FAZ CIÊNCIA**, Francisco Beltrão, v. 13, n. 18, p. 145-171, jul./dez. 2011. Semestral. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7979/6702>. Acesso em: 17 mar. 2020.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. 361 p. Edição revista

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais. **Revista NERA**: dossiê MATOPIBA, Presidente Prudente, v. 22, n. 47, p. 296-320, 11 fev. 2019, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6273/4806>. Acesso em: 3 abr. 2020.

OLIVEIRA, Maria Leidiana Mendes de. **Geografia da fome**: a expressão dramática da desigualdade sócio-espacial brasileira. 2013. 171 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12022014-123610>. Acesso em: 20 abr. 2020.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. **A fome e a miséria na alimentação**: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07102009-112818>. Acesso em: 17 mar. 2020.

SANTOS, Luiz Cláudio dos. **Da Geografia da fome ao Fome Zero**: contribuição ao estudo da fome no Brasil. 2009. 204 f. Tese (doutorado) – Curso de Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP) 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/104356>. Acesso em: 17 mar. 2020.

Site: www.josuedecastro.org.br